



Todos/as à assembleia-ato desta quarta, 1º/7!

Atividade híbrida vai debater relatório do CSJT que regulamentou a quebra da isonomia na saúde; informes da reunião no com o presidente do TST e movimentações em Brasília.



Servidores/as na assembleia do dia 25/6.

A assembleia setorial passada foi encerrada com a palavra de ordem "Agora é o momento! Servidor no orçamento", antecipando a necessidade da nova assembleia marcada para esta quarta, 1º de julho de 2026, novamente às 13 horas, no átrio do Fórum.

No Dia Nacional de Luta convocado pela federação nacional da categoria (Fenajufe) por proposta do Sintrajud, haverá atos e mobilizações em diversos estados. Em São Paulo, colegas das justiças Federal e Eleitoral vão participar do protesto. E será discutida a possibilidade de paralisação da categoria. A 25ª Plenária da Fenajufe aprovou indicativo nacional de paralisação em 13 de agosto.

Vamos cobrar:

- Nomeações para os quase 500 cargos vagos no TRT-2 (dado oficial de abril); Atuação efetiva do CSJT e do TRT-2 para aprovar o PL 8307/2014, que cria 611 cargos de provimento efetivo para o Regional – 407 de Analista Judiciário e 204 de Técni-

co Judiciário; além de 1.216 funções comissionadas (572 nível FC-5 e 644 nível FC-4);

- A revisão da decisão do CSJT na sessão do último dia 26, que consolidou a quebra da isonomia na distribuição do orçamento para assistência médica, reajustando o auxílio-saúde de servidores/as de R\$ 546 para R\$ 602, o que não repõe nem a inflação dos quatro anos nos quais o benefício ficou congelado.

- Enquanto para a magistratura fica assegurado 5% do subsídio do/a próprio juiz/a mais 25% para juízes/as ou dependentes com mais de 50 anos de idade, deficiência ou doença grave. Um verdadeiro deboche contra os servidores;

- Que o STF encaminhe o projeto de reestruturação da carreira aprovado pela categoria e duas plenárias nacionais e no 12º Congresso da Fenajufe, com sobreposição das tabelas (Ciclo 85-70);

- Que seja marcada a sessão do Congres-

so Nacional para avaliar os vetos do presidente Lula às parcelas do reajuste de 2027 e 2028 (Veto 45) e ao reconhecimento do risco da atividade de oficiais/alas de justiça (12).

- Revisão das normativas do Ajude 4.0, que já têm gerado problemas diversos nas secretarias e vão afetar o atendimento à população (leia no verso o manifesto aprovado na assembleia do dia 25).

O manifesto da categoria será formalizado também junto ao CSJT, além da presidência e da corregedoria do TRT-2 e OAB/SP. O Sintrajud também estará representado na mobilização na capital federal, realizada pela Fenajufe às 14 horas, em frente ao STF. Participe e reforce a luta em defesa dos seus direitos e de toda a categoria. Se não houver reação agora para recolocar os/as servidores no orçamento, as amarras do arcabouço fiscal a partir de 2027 vão congelar os vencimentos por vários anos.

Reaja!

Nova assembleia-ato híbrida, 13h (Dia Nacional de Luta pela carreira com sobreposição - Ciclo 85-70 - e derrubada dos vetos de Lula) - Fórum Ruy Barbosa



MANIFESTO APROVADO EM ASSEMBLEIA SETORIAL DO TRT-2: AJUDE 4.0

Após manifesto inicial feito pelos secretários de audiência (assistentes de gabinetes), manifesto este aprovado e ampliado para os demais servidores em assembleia setorial do TRT-2 ocorrida no dia 25/06/2026, vimos através deste trazer as seguintes considerações sobre a atual situação do nosso trabalho, o novo AJUDE 4.0 e as nossas reivindicações em torno disso:

A sobrecarga de trabalho e a falta de servidores sempre foram um problema no TRT-2, mas nesse último período piorou sobremaneira. Em pesquisa pelo portal da transparência, identificamos o número de 484 cargos vagos em nosso regional! Enquanto isso a produtividade e as metas não só seguem sendo garantidas - a base de muita saúde e afastamentos médicos - como também irão aumentar com o novo AJUDE 4.0.

A cúpula do CSJT, ao invés de envidar esforços para organizar orçamento a fim de suprir esse déficit de funcionários e funções, insiste na lógica de "equalizar" o trabalho dos tribunais regionais, política esta que nada mais é do que fazer mais (produtividade) com menos (servidores), impedindo deliberadamente a distribuição de verbas para nomeações e não atuando de fato pela aprovação de projetos de lei de criação de mais cargos (como o PL 8307/2014, que prevê cerca de 600 cargos novos para o TRT-2). Essa lógica inclusive está mais parecida com uma reforma administrativa interna da Justiça do Trabalho do que uma organização propriamente dita da força de trabalho.

A administração do TRT-2, por sua vez, também não tem envidado o devido esforço para fazer frente a tais problemas. Pelo contrário, acaba se submetendo à lógica do CSJT. O PL acima mencionado apenas está voltando a ser debatido porque os diretores de secretaria das Varas organizados e também o Sintrajud estão empenhados em tal batalha. Mas seria fundamental a atuação consistente por parte do corpo diretivo do TRT-2 nesse esforço. Assim, diversos problemas seriam solucionados.

Infelizmente, o que vemos na prática por parte do TRT-2 são movimentos em outra direção: há meses atrás, reali-

zou consultas para "estudar" a redução da lotação padrão das secretarias das Varas (movimento este denunciado por um importante abaixo-assinado de tão grave que seria). Há poucas semanas, criou 11 gabinetes sem a contrapartida necessária de servidores e, para dar conta desse déficit, fundiu as secretarias que atendem as turmas da 2ª instância, o que resultou na redução de postos de trabalho e funções, inclusive com servidores sem nova lotação de imediato. E agora, temos a nova versão do AJUDE 4.0.

O AJUDE 4.0 em sua versão anterior nada mais era do que uma equalização de trabalho para equilibrar distribuições sobrecarregadas, de modo que Varas com menor distribuição receberiam processos de outras Varas com maior distribuição por mês, retornando tal processo para a Vara de origem após a sentença. Mesmo assim, já tinha os seus pontos de crítica, pois são processos de outras localidades (e cidades) que possuem especificidades diferentes do que as Varas que recebem os processos. Além do que, quando chegar a fase de execução desses processos, as sentenças terão diferentes entendimentos e bases de cálculos, dificultando o trabalho dos calculistas e da secretaria em geral. A melhor solução para tal problema seria, sem dúvida, mais servidores e novas Varas para dar conta das altas distribuições.

Agora, porém, na última atualização do AJUDE 4.0 (que ainda possui diversos pontos de dúvida), tudo indica que a equalização não diz mais respeito apenas a distribuição, mas sim aos processos recebidos por magistrado, de modo que as Varas que estiverem atuando no AJUDE 4.0 receberão pelo menos 15 processos por magistrado (totalizando 30 por mês, podendo passar de 400 ao ano) e uma mesma Vara (com alto volume de distribuição) que estiver enviando processos ao AJUDE 4.0, poderá também receber processos - caracterizando de certa forma um rodízio de processos.

Além disso, importante destacar que os processos provenientes do AJUDE 4.0 terão um prazo de 30 dias para serem apreciados em audiência, de modo que

terão em muitas ocasiões trâmite mais rápido do que os sumaríssimos da Vara recebedora! E enquanto isso, maior volume imediato de trabalho para os secretários de audiência e assistentes de juiz e consequente aumento de trabalho para os demais servidores da secretaria.

Nós servidores e servidoras nunca nos furtamos a dar conta da produtividade de sempre. O selo diamante está aí para confirmar a nossa entrega. Mas não tem como o TRT-2 continuar fazendo movimentações, como a abertura de novos gabinetes ou o AJUDE 4.0, sem a devida contrapartida de servidores e funções.

Nesse sentido, reivindicamos com a máxima urgência que a administração do TRT-2 envide todos os esforços possíveis pela aprovação do PL 8307/14, pressione o CSJT para que direcione o orçamento da JT para mais nomeações e, no que tange especificamente aos secretários de audiência e assistentes de juiz, que batalhe pela valorização desses cargos, por meio de aumento da função comissionada para CJ1 (ou temporariamente para FC5).

Por fim, conforme deliberado em assembleia, o nosso sindicato fará pedido de reunião com a Presidência e Corregedoria do TRT-2, com a advocacia trabalhista (OAB/SP) e convocará nova assembleia para o dia 01/07/2026 no átrio do Fórum Rui Barbosa (com poder de deliberação de paralisação) para toda a categoria do TRT-2 debater a atual situação e os próximos passos de mobilização que se fizerem necessários. Essa batalha não é apenas nossa, mas de todas as pessoas que operam a Justiça do Trabalho.

O ideal era a Justiça do Trabalho estar totalmente focada em suprir a defasagem de servidores em todos os seus setores, seja das 1ª e 2ª instâncias e dos setores administrativos. Assim, o AJUDE 4.0 não seria necessário nas Varas e nem a fusão das secretarias das turmas da 2ª instância. Não adianta sermos contra a pejetização na iniciativa privada (que precariza totalmente o direito do trabalhador) e aqui na Justiça do Trabalho irmos na lógica do fazer mais com menos.

07 de julho: Assembleia on-line, 19h30, sobre acordo de execução da vitória judicial no reconhecimento dos efeitos financeiros da reestruturação dos cargos de Nível Médio do TRT-2 ocorrida em 1993 (servidores/as ativos/as ou aposentados/as neste ano - mais informações no site)

